

Direito Constitucional I
(Exame de Coincidência - Época de Recurso)

I

Imagine a seguinte norma de uma lei:

“Os indivíduos condenados por homicídio estão sujeitos a pena de morte”.

- a) Como se insere a presente norma no âmbito dos fins de um Estado de direitos humanos? (2 vals.)

— *Os fins do Estado em geral: a segurança e a justiça, sua articulação e desenvolvimento aplicativo destes fins ao caso da hipótese;*

— *O respeito pela vida e pela dignidade humana como elemento nuclear do Estado de direitos humanos: a vida do assassino não compensa a perda da vida da vítima;*

— (...).

- b) Se tivesse que defender a validade da norma, quais os dois principais autores cujo pensamento estudado recorria? Justifique. (3 vals.)

Hobbes e a ideia de segurança; Os restantes autores defensores de um modelo totalitário de Estado;

(...).

- c) Se, pelo contrário, lhe fosse pedido que defendesse a invalidade da norma, quais os dois principais autores cujo pensamento estudado usaria? Justifique. (3 vals.)

Kant;

Existencialistas;

(...).

- d) Pode um juiz recusar a aplicação desta norma? (2 vals.)

Obediência a normas injustas, enquanto violadoras da vida e da dignidade humana de inocentes;

Inconstitucionalidade por violação do direito à vida e fiscalização jurisdicional da constitucionalidade (artigos 24.º e 204.º da CRP);

(...).

II

- 1) Comente: “A Região Autónoma dos Açores pretende abrir uma embaixada nos Estados Unidos da América”. (2 vals.)

Noção de soberania na ordem internacional: o estabelecimento de relações diplomáticas privilégio dos Estados soberanos;

Inadmissibilidade da situação descrita face a Regiões Autónomas;

(...).

2) Em que circunstâncias o Presidente da República francês se pode tornar o Chefe de Estado mais poderoso no contexto dos sistemas de Governo Democráticos? (3 vals.)

A junção das vantagens do PM britânico e do Presidente dos EUA;

A sintonia de maiorias presidencial e parlamentar: o PR francês como chefe da maioria parlamentar;

Os poderes do PR francês e o estatuto subalternizado o PM francês;

(...).

3) Em que medida um tratamento hospitalar em hospital público se integra nas funções do Estado e pode adquirir relevância jurídica? (2 vals.)

As funções não jurídicas: função técnica e função política;

A necessária presença das funções não jurídicas no âmbito das funções jurídicas: a tecnicidade e a politicidade das funções legislativa, administrativa e judicial;

(...).

4) Comente: “Nem sempre o que está escrito na Constituição de um Estado corresponde integralmente à Constituição desse Estado”. (3 vals.)

Conceitos de constituição oficial e de constituição não oficial;

Os poderes constituintes formal e informal: normatividade e factualidade;

As relações mútuas entre a Constituição oficial e Constituição não oficial;

Comentário (concordante ou discordante) à frase;

(...).

Duração: 1h30m

23.II.2024